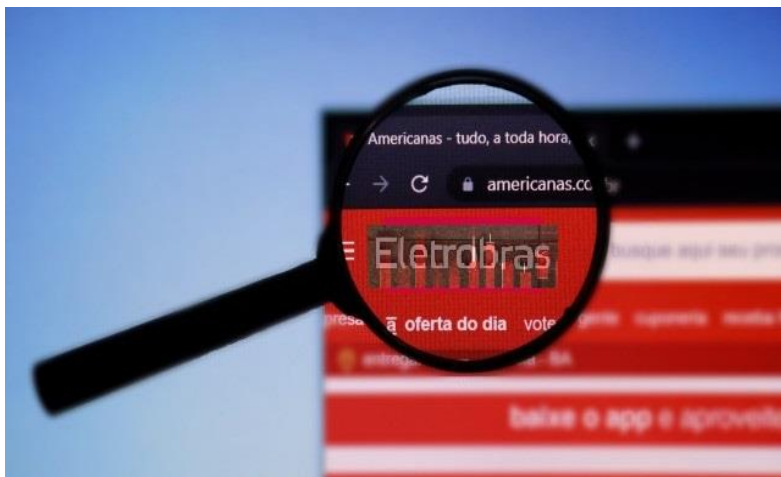


Eletrobras e os riscos da gestão temerária da 3G Radar.



Por que o recente escândalo contábil nas Lojas Americanas, que omitiu um rombo de R\$ 20 bilhões, está diretamente ligado com a “nova” Eletrobras? Quem são os envolvidos nesse esquema financeiro e suas relações com a Eletrobras. Quais são as semelhanças no modelo de gestão das duas companhias e por que há um prenúncio de colapso no Setor Elétrico brasileiro. Tratamos desses assuntos no texto abaixo.

O modelo de gestão de empresas difundido pela 3G Radar mostrou novamente sua fragilidade após a divulgação do escândalo contábil envolvendo a Americanas. O cultuado modelo de gestão aplicado em empresas controladas por alguns dos homens mais ricos do Brasil, como Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Sicupira, e cujas marcas são a promoção de cortes drásticos de custos, demissões em massa e a redução dos investimentos em novas plantas e em tecnologia, se revelou novamente um castelo de areia, prestes a ruir com a primeira ventania. Está cada vez mais claro que esse modelo de gestão produz apenas resultados de curtíssimo prazo, levando a grandes desastres em médio e longo prazo.

O novo escândalo contábil acende o sinal amarelo para a Eletrobras e deve servir de alerta ao novo governo brasileiro. A 3G Radar participou diretamente da elaboração do plano de privatização da Eletrobras. A efetivação da privatização permitiu que a 3G, junto com outros grupos de acionistas menores, alcançasse o controle a Eletrobras sem ter que realizar grandes investimentos. Ao mesmo tempo, como uma das maiores acionistas com direito a preferência no recebimento dos dividendos, a 3G se tornou uma das maiores beneficiárias do processo de privatização e das práticas que promovem o retorno de curtíssimo prazo aos acionistas em detrimento da sustentabilidade de longo prazo da empresa.

A 3G Radar na Eletrobras – hoje, a 3G detém o controle efetivo da gestão da Eletrobras. Além de indicar nomes para cargos estratégicos na companhia, como a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, ocupada por Elvira Presta, considerada uma preposta de Jorge Paulo Lemann ([veja aqui](#)), e de ter uma cadeira no Conselho de Administração da empresa, ocupada por Pedro Batista, um dos seus sócios, a 3G Radar ainda liderou o grupo de acionistas que indicou novos membros do Conselho de Administração da Eletrobras após a privatização da empresa. O

atual presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, negociou, enquanto estava à frente da Vibra, uma parceria com as Americanas, para exploração do negócio de lojas de pequeno varejo dentro e fora de postos de combustíveis, resultando em uma operação que foi concretizada em fevereiro de 2022. Ou seja, a 3G é atualmente muito forte na Eletrobras e a relação entre os atuais executivos da empresa e o fundo de investimento é estreita.

Como consequência, a gestão da Eletrobras já carrega as marcas da chamada cultura 3G Radar. A companhia já implementou o controverso orçamento base zero, que reduz a cada ano os recursos para manutenção dos ativos físicos. Além disso, a Eletrobras já promoveu a demissão de mais de 4.000 trabalhadores desde 2019 e planeja demitir mais 1.600 em maio deste ano. Ou seja, a manutenção e implementação de melhorias nos ativos físicos não fazem parte das preocupações dessa “nova” Eletrobras, assim como a retenção de talentos, de conhecimento, e a promoção de inovações. Não é por acaso que a Eletrobras está reduzindo seus investimentos no CEPEL, maior centro de pesquisas de energia elétrica da América Latina, que em alguns anos não receberá mais recursos da empresa. Estão praticando um crime com o CEPEL, promovendo demissões, desmonte e sucateamento, inclusive fechando laboratórios e de linhas de pesquisas essenciais para o setor elétrico e para o país.

Conselho de Administração - enquanto isso, sob a liderança da 3G, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou recentemente uma nova política de recompra de ações e alterou sua política de pagamento de dividendos. Além disso, agraciou seus executivos com aumentos de 400% e adotou um novo método para premiar seus executivos com uma remuneração variável baseada em ações. Importa apenas a busca por lucros, dividendos e bônus no curtíssimo prazo.

Surpreendente! - o recente caso da fraude contábil nas Lojas Americanas envolveu um aumento de capital, que foi seguido por operações altamente suspeitas na bolsa de valores, com diretores operando a venda de ações e com um aumento de posições vendidas na véspera do anúncio do rombo, levantando a suspeita do uso de informações privilegiadas envolvendo os executivos daquela empresa.

Coincidência? - ao que tudo indica a Eletrobras está seguindo o mesmo roteiro das Lojas Americanas. Sob a gestão da 3G, o papel da governança corporativa na Eletrobras e nos Conselhos de Administração e Fiscal passou a ser apenas de referendar os devaneios dos executivos da empresa, em troca da aplicação de medidas que tragam retornos de curtíssimo prazo. Assim, conjugam-se aumentos exorbitantes de salários dos executivos e mudanças nas políticas de dividendos com demissões em massa.

Os escândalos da PWC - Outro fato em comum na gestão da 3G Radar na Eletrobras e nas Lojas Americanas é o estabelecimento de uma relação estreita entre os executivos da companhia e os auditores da empresa. O envolvimento da PWC com escândalos contábeis não é nenhuma novidade. A auditoria já teve seus métodos questionados nos escândalos internacionais da WireCard, Evergrande e, no Brasil, da JBS.

A PWC na privatização da Eletrobras - As entidades representativas dos trabalhadores da Eletrobras elencaram uma série de erros no processo de privatização da Eletrobras, que vão desde a avaliação do valor dos ativos até problemas nas operações de incorporação e compra de empresas nas vésperas da privatização. Durante o processo de privatização da Eletrobras, a PWC fez vista grossa para a subavaliação do valor dos ativos, prejudicando a União, ignorou erros grotescos da modelagem envolvendo o processo de segregação de Itaipu e da Eletronuclear, e também foi conivente com a precificação equivocada dos passivos judiciais da empresa, como no caso dos Empréstimos Compulsórios. Mas, com certeza, o caso mais escandaloso de todo o processo foi o erro grosseiro da auditoria durante o processo de aporte de recursos e compra de participação da Eletrobras na SAESA, uma irresponsabilidade que ainda trará muita dor de cabeça para os acionistas da empresa. E tudo isso ocorreu enquanto a 3G Radar ocupava cargos e posições estratégicas na Eletrobras. A manutenção da grande influência da 3G Radar e dessa parceria perversa da 3G e PWC tem tudo para resultar em um novo desastre.

Além dos diversos escândalos contábeis denunciados durante o processo de privatização que a qualquer momento podem vir à tona, a irresponsável política de esvaziamento da empresa tem que ser interrompida, já que as demissões em massa podem trazer consequências drásticas para todo o setor elétrico brasileiro, com efeito perverso sobre toda a economia brasileira. Por isso, é importante a retomada do controle da empresa pela União, em sequência, reestatização da Eletrobras.

Por fim, se faz necessário a imediata interrupção das demissões nas empresas Eletrobras, antes que ocorra um colapso no Setor Elétrico com a descontinuidade da energia elétrica.

Fora 3G e companhia! Nos atos praticados para privatizar Eletrobras: Investigação já!

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos muito mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 17 de janeiro de 2023.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL

